

# SEGURANÇA ORGÂNICA

## CAMPANHÁ SALARIAL 2018

*Trabalhadores começam a sentir os reflexos da Reforma Trabalhista*



Tendo em vista a própria atuação de alguns trabalhadores que são contrários ao sindicato e agora com a autorização da lei, a Campanha Salarial da Segurança Orgânica, cuja data base foi 1º de maio de 2018, se mostra frustrada.

Foram várias tentativas de negociação, mas diante da expressa autorização legal, a classe patronal está irreduzível em negociar direitos já conquistados e, com isso, se aproveitam da situação para fazer o que bem entendem e pagar quanto querem aos trabalhadores, a ponto de não conceder nenhum reajuste.

Querem começar a concessão coletiva do zero, e, se duvidar, voltar a pagar um salário mínimo, que é o valor garantido constitucionalmente.

Sendo assim, vimos pelo presente, comunicar aos vigilantes que a negociação está acirrada, pois estamos em julho e até o momento não chegamos a uma composição com o patronal, e, apesar de alguns acharem que o sindicato nunca faz nada, as provas começam a aparecer e os trabalhadores sentirão a importância do sindicato para conquistar e manter seus direitos.

Agora, com a nova legislação autoriza e alguns até preferiam, o próprio trabalhador pode negociar seu aumento de salário com o patrão e manter alguns direitos, como ticket refeição, hora do café, convênio médico e assim por diante.

Lamentamos que este cenário esteja acontecendo com a classe trabalhadora, mas, quando tentávamos argumentar com os trabalhadores sobre as consequências dessa reforma trabalhista, estes mesmos foram e são contra as contribuições que são devidas ao sindicato para manter a estrutura que

nos permitia lutar por conquistas, ou por mantê-las.

Os sindicatos, de maneira geral, estão enfraquecidos, em especial porque não têm o apoio do próprio trabalhador.

Este é o início das consequências, ZERO DE REAJUSTE E SEM BENEFÍCIOS. Vamos ver como será daqui em diante!

Trabalhador, acorde! Observe as intenções do patrão quando este pede para você mesmo se opor às contribuições do sindicato.

O sindicato é um instrumento de luta, uma pessoa sozinha não consegue muita coisa. Quando somos mais, podemos mudar esse cenário.

**Seja Sócio!**



**Base Territorial:** Osasco, Carapicuíba, Itapevi, Jandira, Santana do Parnaíba Serra, Apiai, Barra do Turvo, Cajati, Jacupiranga, Cananéia, Eldorado, Iguape, Iporanga, Ilha Comprida, Juquía, Juquitiba, Miracatú, Pariquera-Açu, Registro, Ribeira, São Lourenço da Serra, São Miguel do Arcanjo, Sete Barras e Tapiraí-SP.

Sede: Av. Marechal Rondon, 519 - Centro, Osasco - SP.

Fone: (11) 3699-3060

Subsede Santana de Parnaíba: R. XV de Novembro, 189 - CEP: 06501-145, Santana de Parnaíba - SP. Fone: (11) 4160-2306

Subsede Vale do Ribeira (Registro): Av. Prof. Jonas Banks Leite, 890, Centro Registro/SP - Shopping Registro, 2º andar - Sala 35  
Registro - SP. Fone: (13) 3822-2402

## “Enfraquecimento da Justiça do Trabalho põe em risco a pacificação social”, afirma presidente da Anamatra (Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho)

Foto: Ascom/Anamatra



Magistrado participa, na Câmara dos Deputados, de seminário sobre a reforma.

“O enfraquecimento da Justiça do Trabalho põe em risco a pacificação social”. A afirmação foi feita pelo presidente da Anamatra, Guilherme Feliciano, na tarde da terça-feira (03/07), durante o seminário sobre os impactos da legislação trabalhista na sociedade (Lei 13.467/2017). O debate aconteceu na Câmara dos Deputados e foi promovido pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público.

Feliciano criticou previsões da reforma que atingem o Judiciário trabalhista, a exemplo do princípio da intervenção mínima, pelo qual o juiz deverá “privilegiar” os aspectos formais na apreciação da validade das convenções e acordos coletivos de trabalho.

“Há uma diminuição proporcional do papel da Justiça do Trabalho”, opinou.

O presidente também citou a vedação imposta pela reforma quanto às súmulas e orientações jurisprudenciais, que não poderão “innovar” no ordenamento jurídico. “Se a reforma diz que o juiz não pode interpretar, ou que só pode interpretar literal e gramaticalmente, ela é marcadamente inconstitucional. Será uma interferência indevida do Legislativo no papel do Judiciário”.

Na linha de combater esse tipo de discurso e “desmistificar algumas mentiras”, o presidente informou que a Anamatra inicia, nesta semana, uma campanha de conscientização e valorização da Justiça do Trabalho. Documento distribuí-

do entre os parlamentares aponta, por exemplo, que a Justiça do Trabalho julga imparcialmente, não é uma “jaboticaba brasileira”, não é lenta e é a que mais concilia. “Direito e Justiça do Trabalho atuam para assegurar ambiente concorrencial estável, punindo os que trapaceiam a partir da sonegação de direitos sociais”, informa o documento. Clique aqui e confira a íntegra.

### Número de processos:

O presidente da Anamatra comentou dados recentes, que apontam uma diminuição de 45% no número de processos novos comparando os primeiros trimestres de 2017 e 2018. Para Feliciano, a grande questão é saber se isso é um bom sinal. “Teríamos de supor que quase metade das demandas judiciais até

então veiculadas era composta por aventuras jurídicas, o que é uma rematada mentira. Não chegam a 5% as improcedências totais, o que significa que, quando o trabalhador vai à Justiça do Trabalho, algum direito ele geralmente tem. A queda vertiginosa é artificial e se deve ao temor incutido no trabalhador, decorrente da associação do regime de sucumbência recíproca com uma gratuidade judiciária absolutamente esvaziada”, analisou.

Feliciano falou, ainda, das mudanças promovidas pela Lei 13.467/2017 no acesso à Justiça, prejudicando - em especial - os trabalhadores mais pobres. Nesse ponto, afirmou que, ao contrário do Código de Processo Civil de 2015, que, segundo estudiosos, caminha para um sistema de simplificação procedimental e de efetiva distribuição de justiça (a terceira onda cappellettiana), a reforma trabalhista reinstitucionaliza diversos obstáculos à garantia do pleno acesso à Justiça (regredindo para quem da primeira onda cappellettiana). “A insegurança e o medo têm feito o número de ações retrair”, concluiu o presidente.

Fonte: [www.anamatra.org.br](http://www.anamatra.org.br)